

»Entrevista | **STEPHANIE AL-QAQ** | EMBAIXADORA DO REINO UNIDO NO BRASIL

Embaixadora destaca a importância do país no cenário internacional. Segundo ela, o presidente brasileiro tem se destacado como líder da região

“Lula luta pelo Brasil forte na cena global”

» HENRIQUE LESSA
» FABIO GRECCHI

Para a embaixadora do Reino Unido no Brasil, Stephanie Al-Qaq, a nação brasileira é uma voz muito importante no cenário internacional, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva é o grande líder do sul global. Em entrevista ao Podcast do **Correio**, ela é suficientemente cautelosa para não se envolver na polarização entre

o atual governo e o anterior, mas entende que a presidência de Jair Bolsonaro tinha uma visão menos mundial e mais doméstica. Stephanie adianta que o Reino Unido apoia os planos ambientais brasileiros. Segundo ela, o Brasil é um ambiente de negócios atraente e o Reino Unido pode ocupar o espaço deixado pela dificuldade de Mercosul e União Europeia fecharem o acordo de livre comércio que há anos se arrasta.

Esta não é a sua primeira missão no Brasil. Entre a primeira estada e a atual, que diferenças percebe, sobretudo com a atual polarização?

Essa radicalização se vive em todos os países. Democracias como as do Reino Unido, do Brasil, da África do Sul, da Índia, estão enfrentando ameaças que vêm de dentro e precisamos fazer um esforço muito maior para protegê-las. Vemos a proliferação da desinformação e de fake news nas eleições e precisamos enfrentar isso. Não é só a democracia. São os valores democráticos que brasileiros e britânicos estão acostumados. Não queremos enfrentar esse tipo de risco para os direitos humanos.

O Reino Unido tem uma nova lei para regular as redes, certo?

É a *Online Safety Act* para proteger as pessoas on-line. Foi aprovada no ano passado e enfrenta as ameaças dos extremistas que ameaçam nossos cidadãos e a democracia. Estamos trabalhando com o Brasil nesse assunto. Estive com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, e temos um projeto junto com o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) sobre o desenvolvimento da política de segurança on-line. Temos que trabalhar duro para enfrentar esses desafios.

Que experiências dessa nova lei podem servir ao Brasil?

A discórdância, a crítica, é algo normal na democracia, mas usar as redes sociais para incitar a violência, o ódio, a discriminação, não é. O que passar essa linha e colocar nossos cidadãos e crianças em risco, vamos fechar. Estamos trabalhando com empresas e com o setor social para enfrentar esse desafio. Também estamos trabalhando com o governo brasileiro para compartilhar nossos conhecimentos. Na inteligência artificial (IA), acredito que Brasil e Reino Unido podem ter um papel positivo na discussão.

No Reino Unido, a liberdade de expressão tem limites?

Tem. Se você está usando esse espaço de fala livre, não pode usá-lo para incitar a violência, a discriminação, o ódio. Sofremos vários ataques terroristas no passado e não podemos dar espaço para as pessoas incitarem a violência contra nossos cidadãos, dentro ou fora do Reino Unido. Então, tem limites, sim.

Alguns por aqui diriam que isso é censura...

Extremistas estão dizendo que é censura, mas não estamos falando de críticas, de desafios — essas coisas são normais. No Reino Unido, pessoas jogam ovos e gritam contra os ministros. Estamos abertos, mas não se pode usar para incitar a violência ou outro tipo de crime.

E o ambiente de negócios no Brasil? Mudou?

No ano passado, quando estive na reunião do primeiro-ministro Rishi Sunak com o presidente Lula, eles disseram que temos

que aumentar o comércio entre nossos países. Em 2023 crescemos em 30% entre nós — chegamos a 10,4 bilhões de libras, mais do que com a Rússia e diversos outros países. Estive em uma reunião na Casa Civil e, para nós, o Novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) e o de transição energética têm um interesse enorme. Trabalhamos todos os dias para melhorar o ambiente de negócios, mas precisamos melhorar muita coisa. O Brasil não é para iniciantes, mas na cúpula de líderes (do G20, em novembro, no Rio de Janeiro), espero que o primeiro-ministro venha.

Os últimos grandes investimentos do Reino Unido no Brasil fazem muito tempo. Que oportunidades os britânicos veem aqui hoje?

Não faz tanto tempo assim. Estamos muito presentes nas áreas de mineração, de energia, na saúde. Sem nossa parceria com o Brasil na área de covid-19, jamais conseguiríamos desenvolver a vacina da AstraZeneca com a Fundação Oswaldo Cruz. A farmacêutica GSK fornece medicamentos para várias áreas e temos universidades fazendo pesquisa para o tratamento de câncer. Nossos cientistas desenvolveram uma vacina contra a malária. Muitas vezes, olham só para os grandes projetos de infraestrutura, mas meu trabalho aqui é trabalhar nas áreas onde temos interesses comuns — como saúde, clima e transição energética.

Falta divulgar mais essas parcerias?

Sim. Estava com os ministros da Fazenda (Fernando Haddad) e da Casa Civil (Rui Costa) exatamente falando sobre o PAC, compartilhando a experiência do Modelo 5 (modelo de desenvolvimento de plano de negócios) do Reino Unido — e como que, ao desenvolver projetos para o Brasil, se pode captar recursos na iniciativa privada. Estamos trabalhando longe dos holofotes, mas vamos divulgar mais.

O principal interesse do Reino Unido é um acordo de livre comércio com o Brasil?

Não começamos ainda em um novo acordo porque o Brasil estava no meio da negociação com a União Europeia (UE) sobre o Mercosul. No último ano, direcionei meu time para que pudéssemos enfrentar esses obstáculos (do acordo com o Mercosul e a União Europeia) e chegarmos na negociação com menos entraves. No acordo com a UE, há muito esforço sobre a agricultura. Estamos construindo uma parceria muito colaborativa junto com o Ministério da Agricultura e Pecuária e junto com a Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Não sou uma pessoa muito paciente, não vou trabalhar um acordo para daqui há 20 anos (tempo de negociação do acordo do Mercosul com a UE). Vamos correr para diminuir o número de obstáculos e facilitar a negociação.

Ed Alves/CB/DA.Press



Bolsonaro estava focado mais dentro do Brasil, acho que essa é a diferença. Para nós, essa voz do Brasil de agora, mesmo com todos os conflitos, é bem-vinda"



Aponte a câmera seu celular e veja a íntegra da entrevista

É bom para o Reino Unido que o Mercosul e a UE não tenham chegado a um ajuste?

Quando vi a dificuldade nesse acordo, pensei: ‘Não vou ficar aqui sem fazer nada’. Falava com o presidente do CNA (João Martins) e disse que queremos mais acesso para os queijos britânicos.

O grupo integrado por Noruega, Islândia, Suíça e Liechtenstein está na frente...

O Reino Unido fazia parte desse grupo (EFTA — Associação Europeia de Livre Comércio), mas, com o Brexit, teve de sair. Quando nosso governo e o brasileiro estiverem prontos, com os obstáculos reduzidos, vai ser mais fácil. Vou sair daqui a três anos e deixarei a casa em ordem.

Para o Reino Unido, está mais fácil negociar neste governo ou no anterior?

Como eu disse, o Brasil não é para iniciantes. Estive aqui no segundo mandato do presidente Lula e no início do mandato da presidente Dilma Rousseff. Mas não temos preferência. Acho que às vezes (está mais fácil negociar). Mas, o mais importante, é a confiança nas instituições. Aqui, ou no Reino Unido, há eleições livres e não se pode questionar o resultado. Muitas pessoas dizem que vai ser mais fácil com um presidente republicano ou democrata, mas não faz nenhuma diferença. Não importa quem vença.

Mas nada mudou com Lula?

Ele luta por um Brasil muito forte no palco internacional. Ele é, como dizemos em inglês, *the*

grandfather of the Global South (o avô do Sul Global) e, para nós, a voz do Brasil é superimportante. Bolsonaro estava focado mais dentro do Brasil, acho que essa é a diferença. Para nós, essa voz do Brasil de agora, mesmo com todos os conflitos, é bem-vinda. O Brasil tem a presidência do G20, a presidência da COP no ano que vem — acho que tem uma janela para influenciar os debates no palco internacional. A pressão nas costas do Brasil é grande. Não chamamos a COP30 como uma simples COP, e sim como “COPão”. Para países como o Reino Unido, que têm compromisso com o meio ambiente, com a transição, com a democracia representativa, com a resolução dos conflitos, temos que trabalhar com vozes como a do Brasil.

Então, hoje há mais convergência entre Brasil e Reino Unido...

No governo Bolsonaro assinamos, por exemplo, um acordo de dupla tributação, que já foi ratificado no Reino Unido e ainda não foi ratificado aqui — mas é importantíssimo. Na área de saúde, trabalhamos muito com o governo Bolsonaro. Governos têm interesses diferentes. O governo Bolsonaro tinha interesses específicos, o do presidente Lula tem outros.

E a participação do Reino Unido no Fundo Amazônia?

Quando cheguei, o presidente Lula e a ministra Marina Silva (Meio Ambiente e Mudança do Clima) me perguntaram se o Reino Unido entraria para o fundo. Poucos meses depois entramos, porque estamos apoiando a visão do Brasil na área. Entramos com 115 milhões e estamos apoiando com meio bilhão de libras. Somos o segundo maior parceiro do Brasil na área de ciência e tecnologia e o terceiro na área de clima. A ambição do Brasil em relação à COP é grande e estamos prontos para ajudar. Lançamos dois novos hubs com o governo brasileiro, um para hidrogênio outro para a descarbonização da indústria, e com centros de excelência para ajudar nessa transição. Estamos ajudando o ministério (do Meio Ambiente) a escrever uma nova estratégia de bioeconomia.

A senhora atuou no Oriente Médio e, hoje, está no Brasil. Qual é o peso do Brasil na diplomacia?

O nível de trabalho aqui, no Brasil, é o mesmo da China, da Rússia, da França, da Alemanha. Isso indica o valor desta posição. O Reino Unido vê este posto no mesmo patamar da China — mostra o valor do Brasil no cenário internacional.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Com o Congresso, tudo; sem o Congresso, nada

Na década de 1960, as reformas de base eram um conjunto de mudanças de caráter liberal-social, faziam sentido diante das necessidades de modernização do país. Consistiam nas reformas agrária (distribuição de títulos de terras, desapropriação de terras improdutivas e produção para o mercado interno), administrativa (sistema de compras, meritocracia e regras orgânicas), eleitoral (voto para militares de baixa patente e analfabetos), bancária (controle da inflação por órgão central), tributária (sistema de arrecadação e combate a fraudes e evasão fiscal) e constitucional (necessária para viabilizar as demais).

Algumas foram parcialmente realizadas durante o regime militar, a maioria foi consagrada na Constituição de 1988 e a tributária, agora, está na ordem do dia. Era um programa herdado do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), que fora reapresentado pelo PTB, partido do vice-presidente João Goulart, como plataforma eleitoral. Na época, a Vice-Presidência era disputada separadamente. Entretanto, o vitorioso nas eleições foi Jânio Quadros, que tinha um projeto oposto e, na Presidência, tomava decisões muito contraditórias. Realizou uma reforma cambial ultraliberal e, ao mesmo tempo, condecorou o revolucionário Ernesto Che Guevara, um dos líderes da Revolução Cubana.

A instabilidade e contradições políticas de seu governo levaram Jânio à renúncia. Os ministros da Guerra, general Odílio Denis; da Marinha, vice-almirante Sílvio Heck; e da Aeronáutica, brigadeiro Gabriel Grün Moss, porém, tentaram impedir a posse de Goulart. O Congresso Nacional não aceitou o golpe dos militares, mas impôs uma solução parlamentarista, para dar posse ao vice em 7 de setembro de 1961. No poder, as reformas de base passaram a ser seu programa de governo, com apoio das forças de esquerda, agrupadas na Frente de Mobilização Popular (FMP), na União Nacional dos Estudantes (UNE), o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), no Pacto de Unidade e Ação (PUA) e na Frente Parlamentar-Nacionalista (FPN).

Em 6 de janeiro de 1963, por meio de um plebiscito, o regime presidencialista foi restabelecido.

Logo a seguir, Goulart enviou ao Congresso os projetos de reforma agrária e bancária. A reforma agrária, proposta pelo PTB, foi rejeitada pelo Legislativo, que também rechaçou a lei de remessas de lucros proposta por Jango. A maioria no Congresso não aceitava as reformas de base. À época, era um dogma da esquerda brasileira a tese de que o país não se desenvolveria com monocultura de exportação e sem nacionalizar as empresas de capital estrangeiro.

Era uma incompreensão do que estava ocorrendo no Brasil, onde o capitalismo no campo já era uma realidade, liderado pelo agronegócio, e a industrialização se dava com forte presença do capital estrangeiro, sobretudo no setor de bens de consumo duráveis. A radicalização política se deu muito mais em bases ideológicas, sem que a esquerda levasse em conta a real correlação de forças na sociedade nem prever a via de modernização conservadora que seria posta em prática, em marcha forçada, pelos governos militares. Em vez de recuar em ordem, com apoio popular, Goulart apostou na radicalização.

A grande contradição

Em 13 de março de 1964, foi realizado o Comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, que reuniu cerca de 200 mil pessoas, no qual Goulart anunciou a desapropriação de terras improdutivas e a estatização de refinarias. O comício serviu de pretexto para que militares e políticos de direita, com forte apoio do clero católico e da classe média, intensificasse a conspiração golpista, que foi financiada pelos Estados Unidos. A tentativa de mobilizar a sociedade para fazer a reforma agrária por decreto, como fizera com a lei de remessa de lucros em janeiro de 1964, resultou na crise política com o Congresso e no golpe de estado que destituiu Goulart, há 60 anos.

Por ironia da história, foi um Congresso transformado em colégio eleitoral, de maioria conservadora, o mesmo que barrou a emenda das eleições diretas, que viria a por fim ao regime militar, ao eleger Tancredo Neves, em 1985, com respaldo amplo da sociedade civil.

Derrotados, os militares se retiraram em ordem, num processo político iniciado aos trancos e barrancos, e muita repressão, pelo presidente Ernesto Geisel, na segunda metade da década de 1970, porém, sendo mais bem-sucedido do que o seu projeto de capitalismo de estado nacional-desenvolvimentista, autárquico e concentrador de renda. A última prova desse sucesso político talvez tenha sido o fracasso do projeto golpista do ex-presidente Jair Bolsonaro, que não teve respaldo do alto comando das Forças Armadas, cujo profissionalismo é uma herança de Geisel.

Mas, voltando o Congresso Nacional, esse passeio pela história serve para reflexão sobre a contradição existente entre o governo Lula e a maioria conservadora do Legislativo, que flerta com o semi-presidencialismo. É um equívoco imaginar uma aliança entre o Executivo e o Supremo Tribunal Federal (STF) para domar o Congresso. Não cabe ao Supremo legislar sobre as políticas públicas, embora tenha o dever de zelar pela constitucionalidade das leis e pelos direitos dos cidadãos.

Se toda vez que for derrotado no Congresso, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva recorrer à sua prerrogativa institucional de arguir a inconstitucionalidade das decisões tomadas pelo Legislativo, como no caso da derrubada dos vetos às desonerações fiscais, mesmo que tenha o respaldo daquela Corte, estaremos nos trilhos traiçoeiros que levam ao “iliberalismo” político. Nas regras do jogo, os poderes são independentes e harmoniosos, mas é o Congresso que representa a totalidade dos votos dos cidadãos. Tanto que pode, em situações de grave crise, destituir o presidente da República, por meio do impeachment.